



## MAUS TRATOS: ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES PARA UM COMBATE EFICAZ



*Resumo da mesa redonda  
do 9º efomv*

“De que forma  
podem as entidades  
combater melhor  
este problema?  
Que soluções  
são necessárias?”

A mesa redonda foi dedicada ao combate mais eficaz dos maus tratos aos animais de companhia, com enfoque na legislação que criminaliza tais atos e na articulação das diferentes entidades envolvidas neste objetivo comum. De que forma podem as entidades combater melhor este problema? Que soluções são necessárias? Representantes de várias entidades debateram o tema tirando algumas conclusões que podem servir para novos encontros no futuro.

A moderação a cargo de Anabela Moreira, médica veterinária, docente da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa (FMV-ULisboa) e investigadora do Centro de Investigação Interdisciplinar em Sanidade Animal (CIISA) da mesma faculdade, que começou por afirmar que os problemas estão há muito identificados, já se percebeu o que corre mal e que a mesa re-

donda poderia servir de debate no que respeita a soluções.

Foi dada oportunidade a cada um dos participantes desta mesa redonda de apresentarem o seu ponto de vista, em representação de várias instituições. Susana Santos, médica veterinária municipal e autoridade sanitária concelhia na Câmara Municipal da Amadora, desde 1999, dedicada à área de medicina veterinária e de saúde pública, tem vindo a desempenhar funções relativas ao novo quadro legislativo sobre animais, em especial, os de companhia. Aproveitou a oportunidade para falar sobre a sua experiência no terreno e das dificuldades sentidas com a alteração legislativa de 2016 relativa à criminalização dos maus tratos. “Anteriormente a esta legislação, nós como médicos veterinários municipais e autoridades sanitárias veterinárias concelhias, atuávamos ao abrigo do decreto-lei 314 / 2003 e demais legislação e fazíamos vistorias sanitárias no âmbito de queixas de insalubridade”, começou por di-



“Cada entidade tem especificidades diferentes e necessita de fazer os seus procedimentos mas não podem trabalhar individualmente porque, caso contrário, funciona tudo em paralelo e ninguém converge num ponto comum”

Anabela Moreira



“A nossa perceção é de que está tudo muito dependente da vontade particular de cada um e de cada entidade. Não há uma obrigatoriedade, um formalismo institucional, há sim uma ‘casmurrice’ das pessoas que gostam dos animais e que estão à frente das instituições e que se lançam para os desafios, para estes debates e para estes congressos”

Bruno Silva Branco

zer. À época, os maus tratos eram considerados uma contraordenação, não eram criminalizados.

Com a nova legislação, houve necessidade de os médicos veterinários municipais se adaptarem e aprenderem novas metodologias de trabalho, nomeadamente, de como proceder em casos de suspeitas de maus tratos. “Passámos a ter um papel diferente e temos de nos relacionar com outras entidades, designadamente, com o Ministério Público, com os Órgãos de Polícia Criminal, com a Delegação de Saúde, mas de uma forma diferente”, afirmou. Susana Santos sugeriu a criação de protocolos de procedimentos a nível nacional e o estabelecimento de linhas de trabalho para que a atuação em termos de maus tratos seja uniforme em todo o país. “Sei que todos tentamos fazer o melhor, mas pode não ser o que é necessário para levar avante o trabalho”, concluiu.

Anabela Moreira abordou a questão do segredo profissional e do código deontológico. “Alguns países retiraram a obrigatoriedade de segredo profissional dos médicos veterinários em casos de maus tratos, o que tem vantagens e desvantagens”. “afirmando ainda, no âmbito do tema da mesa redonda: “O que tenho visto no terreno é que há falta de articulação entre as várias entidades. Cada uma tem especificidades diferentes e necessita de fazer os seus procedimentos mas não podem trabalhar individualmente porque, caso contrário, funciona tudo em paralelo e ninguém converge num ponto comum”. Além da criação de protocolos entre as várias entidades, a moderadora destacou a necessidade de haver uma grande comunicação entre os profissionais que estão no terreno. Já na mesa redonda anterior, a importância de comunicar – e comunicar bem – foi defendida.

#### **E quando há articulação mas as soluções não chegam?**

O tenente-coronel da GNR José Silva Vieira, autor de diversos manuais, publicações e artigos temáticos da GNR, sendo o último alusivo à sua criação do Programa de Apoio e Recuperação Animal (PARA!) implementado em Setúbal, acrescentou que não basta que haja articulação. Na sua participação no EFOMV veio apresentar alguns dos bons resul-

tados da região onde trabalha. “Tivemos de nos sentar todos à mesma mesa, de reunir e tentar arranjar soluções para os problemas que iam surgindo porque cada situação de maus tratos ou de abandono era um problema novo. Tivemos de ser inovadores e de gastar muitas horas para resolver as questões que iam aparecendo”, começou por afirmar, salientando, no entanto, que as soluções começam a escassear.

A dinâmica local tem permitido a agilização necessária para este problema. “Temos a articulação, a tolerância, conseguimos dar soluções, por vezes, complicadas, mas estamos a começar a ficar sem elas porque efetivamente os animais ficam nos Centros de Recolha Oficial (CRO's), e quando já não há espaço, ficam nas associações, depois começam a ficar nas famílias de acolhimento temporário, com outros cidadãos que tenham interesse na causa animal, e neste momento, começamos a ficar sem alternativas. E o que acontece a seguir? Se não temos soluções, temos de apreender o animal e deixar no próprio dono e eventualmente com a pessoa que possa ter maltratado”, explicou. “É preciso arranjar soluções.” E acrescentou: “Em primeira instância, quem acaba por ficar com o problema nas mãos são os órgãos de polícia criminal. Estes são chamados, chegam ao local, conseguem fazer o seu trabalho de investigação, mas falta-lhes a solução. Além da procura de prova, temos que salvaguardar a vida do animal, e se não tivermos forma de o fazer, começamos a ficar com o problema em mãos”.

Para Bruno Silva Branco, comissário da PSP, responsável pelo projeto “Defesa Animal da Polícia de Segurança Pública”, desde 2015, partilhou com os presentes o entusiasmo de trabalhar nesta área e referiu que a questão da interação com as diversas entidades é um dos problemas com que se tem deparado no terreno. “A nossa perceção é de que está tudo muito dependente da vontade particular de cada um e de cada entidade. Não há uma obrigatoriedade, um formalismo institucional, há sim uma ‘casmurrice’ das pessoas que gostam dos animais e que estão à frente das instituições e que se lançam para os desafios, para estes debates e para estes congressos.” Sugerindo a criação de um verdadeiro grupo de trabalho a nível nacional, com procedimentos, mecanismos de



**“Em primeira instância, quem acaba por ficar com o problema nas mãos são os órgãos de polícia criminal. Estes são chamados, chegam ao local, conseguem fazer o seu trabalho de investigação, mas faltam-lhes a solução”**

José Silva Vieira

interação rápidos e informais, salientou que a articulação também traz desafios: *“quanto mais estivermos articulados, mais serviço vamos ter, mais animais serão apreendidos e mais problemas vão surgir nos canis municipais. Não há nada mais frustrante do que assistir a situações de maus tratos completamente visíveis, em que é preciso tirar o animal naquele momento e todas as instituições fecham a porta à polícia porque também elas não têm capacidade.”*

Quando afirmou que os canis municipais de Lisboa estão sobrelotados, os presentes na sala responderam que esta é uma realidade transversal a todo o país. O comissário da PSP revelou que *“leva muitas das ocorrências”* para casa ficando a pensar nelas por sentir que o serviço não ficou concluído. *“Em vez de salvuardarmos aquela vítima, fazemos um auto de apreensão e um termo de entrega ao proprietário porque não há sítio para deixar o animal. Não há nada mais frustrante para um órgão de polícia criminal sentir que não conseguiu resolver o problema”*, partilhou.

### **Mudar mentalidades e saber como atuar**

Seguiu-se a apresentação de Eunice Marcelino, procuradora-adjunta desde 1998 a exercer funções no Tribunal de Setúbal desde 2005. Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, esteve na origem da formação da Unidade Especializada de Investigação de Crimes contra Animais de Companhia da Comarca de Setúbal. Começou por dizer que *“por mais perfeita que fosse a lei – que não é, tal como nenhuma é – havia sempre a questão de aplicá-la”*. É preciso mudar mentalidades e até de paradigma, defendeu. *“Não podemos partir do princípio que não se tem soluções mas sim de que as mesmas têm de existir tal como existem noutros crimes.”* Eunice Marcelino assumiu que o problema deve ser visto de outra forma exemplificando com práticas de outros locais. *“Sugiro que se tente investigar o que se faz noutros países, como por exemplo, a Itália, que já proibiu o abate em canis há muitos anos e que continua com leis que têm muito sentido prático e têm muita eficácia. Outros países avançaram também nesse sentido e provavelmente tiveram as mesmas dúvidas que nós temos”*, explicou.



**“Sugiro que se tente investigar o que se faz noutros países, como por exemplo, a Itália, que já proibiu o abate em canis há muitos anos e que continua com leis que têm muito sentido prático e têm muita eficácia”**

Eunice Marcelino



A procuradora-adjunta sugeriu alguns exemplos do terreno fazendo o paralelismo com outras situações. *“A Direção-Geral da Saúde tem online um guia prático de diagnóstico e intervenção de maus tratos em crianças. Por que não adaptar, pensar, estudar a adoção de um guia prático de abordagem de diagnóstico e de intervenção em que a tutela o estabeleça e em que todos os modelos de relatórios tenham itens obrigatoriamente semelhantes para todos os gabinetes médico veterinários municipais?”*, lançou para o debate, sugerindo também que os participantes nesta mesa redonda se reunissem mais vezes, no futuro, com base na experiência de cada um, para dizer o que pode ser melhorado e através de que tipo de soluções. *“Os recursos não vão aumentar, as leis não vão mudar, nós vamos desgastar-nos com lamentações – que eu reconheço porque também me lamento – que não vão melhorar em nada o que se pretende, e que é uma melhor articulação, sobretudo com as autarquias locais. Quatro anos e meio volvidos e com os problemas diários que temos nestas matérias, há um sentimento de desconfiança e de incompreensão mútua. Como em tudo na vida, iremos ter muitas frustrações mas que isso não nos impeça de não desistir e de não tentar”*, concluiu.

Seguiu-se a apresentação de Cristina Briosa, a exercer funções na área do bem-estar animal, em especial, na proteção dos animais de companhia, e

que participou nesta mesa redonda em representação da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). “Nós, como entidade competente em matéria de bem-estar animal, tivemos o cuidado de ir ao encontro das preocupações que nos vinham a ser manifestadas pelos médicos veterinários sobre como atuar e de solicitar uma reunião com o Ministério Público. Temos um grupo de trabalho a funcionar, de ligação entre os representantes dos médicos veterinários, o Ministério Público e as entidades policiais, que já teve duas reuniões e que contam, para já, com a participação de médicos veterinários com a ideia de eventualmente vir a alargar estes momentos às universidades”, contextualizou.

Uma das preocupações que a classe mais tem feito chegar à DGAV é precisamente esta dificuldade de saber como atuar, que provas recolher, e de que for-

membro do corpo clínico do Hospital Escolar Veterinário da mesma faculdade, Lisa Mestrinho marcou presença nesta mesa redonda enquanto representante da Associação Portuguesa de Médicos Veterinários Especialistas em Animais de Companhia (APMVEAC) e começou por afirmar que os clínicos já estão sensíveis para a necessidade de articulação. “No entanto, desconhecem muitas das ferramentas que podem acionar para denunciar a questão dos maus tratos. Há também quem desconheça alguns sinais que são muito mais discretos do que outros e que sejam identificativos dos mesmos”, explicou. Para a médica veterinária, a formação é essencial, bem como a sensibilidade para perceber sinais subliminares de maus tratos. “Não temos essas ferramentas de clínica, não as aprendemos, não fez parte da formação e também é função da própria APM-

“A posição da OMV será sempre na salvaguarda da profissão médico-veterinária. Seremos sempre peça fundamental no que se refere ao bem estar animal e estaremos sempre envolvidos na construção da resposta legislativa adequada aos maus tratos animais, assim como estaremos atentos ao aumento da capacidade técnica dos médicos veterinários de maneira a que saibam como atuar, ao lado de todas as outras autoridades envolvidas, mas definitivamente nunca os abandonaremos sempre que tiverem de lidar com alguns extremismos que, de alguma forma, afunilam responsabilidades sobre a classe médico veterinária.” Sónia Miranda, em representação da OMV



ma devem preparar o relatório para ser presente em tribunal, explicou Cristina Briosa. Nesse sentido, foram promovidas duas sessões, em março passado, uma no Norte do país, e outra na FMV-ULisboa para veterinários com o intuito de responder a estas questões práticas. “A ideia é que possam existir mais formações que abranjam mais médicos veterinários mas também alargá-las com representantes do Ministério Público para que possam fazer a tal articulação que temos vindo a debater. O objetivo de tudo isto é, não só, preparar e produzir um guia / manual que sirva para uniformizar estes procedimentos com uma base comum de interpretação e de forma de atuação genérica, mas também adaptá-lo, caso a caso, consoante as situações e os locais onde as pessoas estejam”, afirmou.

Existe vontade mas subsistem dúvidas. A professora auxiliar convidada da FMV-ULisboa, investigadora do CIISA e

VEAC tentar promover um pouco mais este tipo de iniciativas”, defendeu.

A mesa redonda terminou com o ponto de vista de Sónia Miranda, membro do Conselho Diretivo da OMV, participando nesta mesa redonda nessa qualidade. Começando por explicar que a OMV tem sido chamada para dar o seu parecer sobre propostas legislativas que vão surgindo, a título de exemplo refere que há pouco tempo a OMV foi chamada a pronunciar-se sobre um projeto lei que propunha a alteração do código penal com a inclusão de maus tratos psicológicos bem como o confinamento excessivo dos animais. “O parecer do Conselho Diretivo foi de que era extremamente ambígua a capacidade de avaliação neste sentido, não vendo necessidade de alteração do artigo 387º da Lei nº 69/2014, de 29 de agosto, referente aos maus tratos a animais de companhia”, disse.

A médica veterinária partilhou ainda que chegam muitos pedidos de ajuda de mé-

dicos veterinários que não sabem como atuar em situações de alegada apreciação de maus tratos. Alertou também para situações “quase limite” de colegas que pedem auxílio, pois a sociedade os responsabiliza por muitas das situações de maus tratos existentes no país.

*“A posição da OMV será sempre na salvaguarda da profissão médico-veterinária. Seremos sempre peça fundamental no que se refere ao bem estar animal e estaremos sempre envolvidos na construção da resposta legislativa adequada aos maus tratos animais, assim como estaremos atentos ao aumento da capacidade técnica dos médicos veterinários de maneira a que saibam como atuar, ao lado de todas as outras autoridades envolvidas, mas definitivamente nunca os abandonaremos sempre que tiverem de lidar com alguns extremismos que, de alguma forma, afunilam responsabilidades sobre a classe médico-veterinária.”*

No final, a moderadora Anabela Moreira terminou a sessão com algumas conclusões que se podem retirar desta mesa redonda, desde logo, a articulação entre entidades e o desafio de encontrar soluções para problemas que todos já identificaram.

*“Existe a vontade de todos trabalharem em conjunto e a sugestão de realização de alguns manuais e protocolos para se conseguir atuar, e por vezes, uniformizar.”* A docente sugeriu que os presentes coloquem dúvidas sempre que necessário. *“Embora seja necessário protocolar a nível nacional para todos terem uma base de trabalho, existem especificidades, e na minha opinião pessoal, em cada comunidade terá de se encontrar a melhor maneira de articular mais localmente”,* concluiu não deixando de referir a necessidade de se voltar a debater este tema no futuro, em mais encontros como o da EFOMV, mas com mais tempo por mesa redonda.



## PROGRAMA DE APOIO E RECUPERAÇÃO ANIMAL



Programa desenvolvido por  **GNR** 